



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
BRASÍLIA/DF, 27 DE SETEMBRO DE 2005
ATA DA XIII REUNIÃO DO CONSEA

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia 27 de setembro do ano de 2005, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília/DF, por convocação do Senhor Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a XXIII Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, constituído através da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu artigo 1º., Parágrafo 1º. Inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. **Presentes: registrou-se a presença de membros representantes da sociedade civil:** Alberto Ercílio Broch, José Ribamar da Silva, Ana Lúcia Pereira, Ana Maria Salles Placidino, Ariovaldo Ramos dos Santos, Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite, Carlos Roberto Faccina, Cleisa Brasil da Cunha Cartaxo, Delzi Maria de Araújo Castro, Dulce Terezinha Oliveira Cunha, Elido Bonomo, Francisco Menezes, Malaquias Batista Filho, Moisés Machado, Naidison de Quintella Baptista, Padre Matias Martinho Lenz, Pastor Rolf Schünemann, Regina da Silva Miranda, Renato S. Maluf, Sonia Lucia Lucena Souza de Andrade, Suely Nazaré de Oliveira Linhares, Ubiraci Dantas de Oliveira, Walter Belik. **Registrou-se as presenças dos seguintes suplentes dos representantes da Sociedade Civil:** Aldenora Pereira da Silva, Christiane Gasparini Araújo Costa, Estanislau da Silva Salles, José de Arimatéia Rodrigues, Pedro Makumbundu Kitoko, Sillas Vieira, Rui Ricard da Luz, Ronaldo José Serra. **Registrou-se a presença dos membros representantes do Governo Federal:** Patrus Ananias, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA:** Padre Roque Grazziotin - Ministério da Educação; Maria Flor de Lis Sousa Lopes – Ministério do trabalho e Emprego; Gilson Alceu Bittencourt – Ministério da Fazenda; Célio Celso C. Júnior – Assessor Especial da Secretaria Geral; Maria Elizabete Pereira - Secretaria Especial de Políticas

para as Mulheres; Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Roberto Vizentin – Ministério do Meio Ambiente. **Registrou-se a presença dos membros observadores:** Selvino Heck - Assessoria Especial da PR; Nildes de Oliveira Andrade –Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição; Ana Lucia Starling – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Pedro Wilson Guimarães - Frente Nacional de Prefeitos; Flávio Luiz Schieck Valente – Relatoria do Direito Humano à Alimentação.

Registrou-se a presença dos seguintes convidados e assessores: Albaneide Peixinho, Adriana Aranha – MDS; Aline Diniz Caldas – FUNASA; Analu Fernandes – MDS; Antonio Claret Campos Filho –SENARC/MDS; Ana Maria Lima Barbosa – MDS; Adriana Del Fiaco – FUNASA; Caio Luiz Brandão; Clenivalda Franca; Crispim Moreira; Caroline Campos Blaudt – Radiobrás; Conceição Zotta Lopes – MEC; Demetrios Christofidis – MI; Eneida da Costa – MDS; Elaine Lilio – MDS; Fernando Portella – MDS; Edécio Vigna – INESC; Francisco Moraes – SOF; Jader José de Oliveira – MDS; Lana Magaly Pires – MCT; Ivone Peixoto G. de Oliveira – MDS; Wilde Broda – BNB; Luciana Ferreira Avelar – BNB; Marília Leão; Lucia Maria Modesto; Maria Roseli Garcia de Oliveira – MDS; Marco Aurélio Kosby – RADIOBRAS; Rayana Gabriele de Freitas – Warã; Onaur Ruano; Ricardo Collar; Roberto Monteiro de Oliveira – MCT; Rafael Tourino – MEC; Rogério Tomaz Júnior – ABRANDH; Silvio Porto - CONAB. **PAUTA: DIA 27 DE SETEMBRO -**

PERÍODO DA MANHÃ: aprovação da ata da XII Reunião e da pauta. **Informes:** Apresentação do Programa Bolsa Família. Orçamento do CONSEA para 2006.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS: O Senhor Francisco Menezes iniciou os trabalhos às nove horas e quarenta minutos, informando as dificuldades para revisão da ata da reunião anterior devido à sobrecarga de trabalho na Secretaria do CONSEA e que, em função disso, a referida ata seria enviada em breve por e-mail, pedindo aos conselheiros e observadores que procedam como das outras vezes, revisando e encaminhando as propostas de alterações e complementações. O Presidente do CONSEA continuou, apresentando a Pauta da Reunião, que terá como pontos principais: a apresentação por parte da Secretaria de Renda e Cidadania do MDS a respeito do Programa Bolsa Família e as normatizações recentes; e o Ministério do Planejamento discorrendo sobre a proposta do CONSEA em relação ao orçamento para 2006. Estava também programado o ponto a respeito do tema de segurança alimentar e nutricional das populações negras, mas a Ministra Matilde não pode comparecer em função de compromissos assumidos anteriormente e a Comissão Permanente da Segurança Alimentar das Populações Negras preferiu então adiar essa discussão para a próxima Plenária. A presidência do CONSEA achou pertinente e aprovou o adiamento da discussão, prometendo um esforço para inserir o tema dentro de uma pauta em novembro. O Presidente Francisco Menezes

perguntou a todos os presentes se haveriam outras sugestões em relação ao que aqui estava proposto. Não havendo sugestões, deu início ao primeiro ponto, convidando a Senhora Lúcia Modesto, Diretora do Cadastro Único da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional e Secretária Substituta da SESAN/MDS, e o Senhor Antonio Claret, Diretor de **XXXX** – SESAN/MDS, agradecendo a participação destes. A Senhora **Lucia Modesto** se apresentou, afirmando ser o Bolsa Família um componente do Fome Zero, estratégia do Governo Federal para assegurar o direito a alimentação adequada voltada para as pessoas com dificuldade de acesso ao alimento. O Programa Bolsa Família integra essa estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania da população mais vulnerável. O Fome Zero trabalha com quatro eixos: ampliação do acesso a alimentação, fortalecimento da agricultura familiar, promoção de geração de renda e articulação e mobilização. Assim, continuou a Secretária Substituta, o alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda integra-se às demais ações de fortalecimento da agricultura familiar, a promoção de geração e renda e articulação com programas e a mobilização social, de forma a promover o desenvolvimento das famílias beneficiárias; esses são pontos de muita interconexão nos estados e municípios, formando uma sinergia extremamente importante para dar concretude às ações. Um ponto importante do Programa Bolsa Família foi a definição do seu desenho e do seu aparato normativo, preconizando a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza por meio do acompanhamento de condicionalidades que reforçam os direitos sociais das áreas de saúde e educação. A Senhora Lúcia Modesto informou sobre as metas, que estão sendo cumpridas pelo Programa: em dezembro de 2005, serão 8,7 milhões famílias no Programa, contra 6,5 milhões em dezembro de 2004; a meta para 2006 é de 11,2 milhões de famílias e o Programa está planejado para cumprir essas metas. O valor médio do benefício pago para as famílias está na ordem de setenta reais por mês, com diferenças de valor de benefícios; em agosto de 2005, o Programa estava presente em 5.565 municípios, atendendo a 7,5 milhões de famílias e cerca de 31 milhões de pessoas, repassando um total de 580 milhões de reais mensais. Quanto ao número de municípios, a Diretora da SENARC ressaltou que existem algumas diferenças, devido a divisões e institucionalização de municípios novos. Informou ainda que, em relação às estratégias em curso do Programa Bolsa Família: gestão do Programa, melhoria de cadastro, gestão do benefício, condicionalidades, controle social, programas complementares e cadastramento de comunidades indígenas e remanescentes de quilombos. Uma das prioridades é o processo de gestão do Programa, considerando os três entes da Federação e buscando-se, em especial, o fortalecimento da gestão municipal, porque a população vive nos municípios e

estes a conhecem. Para isso, propôs-se a formalização de termos de adesão, onde estão definidas as responsabilidades das partes, pois essa relação ela não estava institucionalizada e ainda se trabalhava com os termos de adesão do antigo Bolsa Escola, que estava vigente até o final de 2005. O Termo de Adesão foi instituído pela Portaria 246, de maio de 2005; o prazo para formalização dos termos era de 120 dias, sendo prorrogado por solicitação dos municípios até 31 de outubro. Um pré-requisito para o termo de adesão é a indicação da instância de controle social do Programa; a Instrução Normativa nº 01, que foi discutida, inclusive, com alguns participantes do CONSEA, dava a possibilidade do município de escolher como era a forma de controle social que ele estaria implementando. Até aquele momento, 3.384 termos enviados e 1.142 publicados no Diário Oficial da União. Há uma força tarefa no Ministério para de fato fazer com que até 31 de outubro já se tenha todas as pendências resolvidas e também uma mobilização para que os municípios que ainda não enviaram os termos de adesão o façam o mais rápido possível. A Senhora Lúcia Modesto continuou, abordando segundo componente da estratégia do Programa Bolsa Família, que é o grande esforço para a melhoria do cadastro. Ele é a porta de entrada do Programa Bolsa Família e de vários outros programas sociais; é um instrumento necessário para viabilizar a gestão dos programas e possibilitar às populações que têm o perfil adequado sejam incluídas. Para isso, mais de 5.500 municípios receberam as bases de dados para verificação da consistência; foram feitos cruzamentos com outras bases de dados e estabeleceu-se o prazo de 31 de outubro para que os Municípios retornem as informações sobre a validade dos dados constantes do cadastro. O Programa trabalha com dois tipos de erros: o erro de inclusão, que são as pessoas que são incluídas indevidamente; e o erro de exclusão, que são aquelas populações que deveriam estar no Programa e não estão. A Secretária Substituta informou estarem trabalhando junto com o IBGE, produzindo mapas de localização territorial das populações com maior índice de vulnerabilidade; esses mapas serão distribuídos nos municípios e vão estar acompanhando a cobertura cadastral para que diminua os erros de inclusão e exclusão. Este tipo de erro deverá se reduzir a partir do momento em que se forem implementadas de uma forma mais efetiva as instâncias de controle social no âmbito do município e também instituir o papel de gestor do município. A Senhora Lúcia Modesto informou ainda que serão implementadas inovações nos sistemas informatizados, que são uma grande reclamação dos municípios; então, juntamente com a Caixa Econômica, espera-se concluir, ainda nesse segundo semestre, a implantação de uma nova versão, na qual o município vai poder ver todas as famílias que tem no cadastro e a composição familiar dos integrantes dessa família, mapear as famílias que mudaram de município (o que representa um grande problema para a gestão do Programa). Assim, com o novo sistema o município vai

poder acompanhar esse tipo de movimento, porque o importante para o Programa não é só a transferência do benefício de renda, mas também construir os mecanismos de acompanhamento familiar. A Diretora Lúcia Modesto continuou sua explanação abordando outro ponto importante para o Programa: a condicionalidade como acesso a direitos básicos, mais do que como instrumento de controle sobre as famílias. Assim, o Ministério trabalha para que essas famílias tenham garantidos os seus direitos de acesso à escola e ao atendimento de saúde; embora sejam dois serviços que estão praticamente universalizados no Brasil, em algumas situações isso não se dá na prática. O descumprimento das condicionalidades é visto, pelo Programa, como um indicativo de vulnerabilidade da família, o que requer a integração com os programas de atenção integral à família; a Senhora Lúcia Modesto citou, como exemplo, o repasse ao Ministério da Educação da informação sobre cerca as pessoas com até quatro anos de escolaridade, para que esse público seja incluído no Programa de Educação de Jovens e Adultos. O acompanhamento das condicionalidades é feito junto com os Ministérios da Saúde e da Educação; aguardava-se a publicação da portaria normatizando a gestão das condicionalidades. Além disso, estavam em curso duas pesquisas em curso sobre o impacto do Programa na melhoria de acesso a esses serviços para essa população. Com relação ao Controle Social, a Diretora da SENARC informou que, em julho, foi feita uma videoconferência para todo o Brasil, para se explicar todo o processo de adesão e o papel das instâncias de controle social. O cadastro das instâncias de controle social vai constituir um banco de dados atualizado, com as informações repassadas a partir da formalização do município e emissão de relatórios com informações qualificadas sobre a instância de controle social, incluindo o perfil desta e sua formação; isso dará base para se trabalhar o perfil desses conselhos e comitês e também para o envio de informações periódicas sobre o Programa. As instâncias de controle social terão o papel de homologar a exclusão de famílias do Programa, ou seja, o município, para excluir um beneficiário, terá que homologar a exclusão da instância de controle social, o qual validará as informações para que, de fato, a família possa ser retirada do Programa. A estratégia de controle social definida pela SENARC contempla: o cadastro das instâncias; material informativo para orientação destas; capacitação dos seus membros; comunicação; e acompanhamento da gestão do Programa Bolsa Família nos Municípios. Além disso, foram produzidos manuais sobre o controle social para promotores e procuradores. Com relação aos Programas Complementares, a Senhora Lúcia Modesto informou que esse Programa é o eixo prioritário para as ações estruturantes do Fome Zero, como no exemplo já citado da parceria com o Ministério da Educação para a educação de jovens e adultos, bem como na atuação com iniciativas da sociedade civil, a qual tem grande papel nas ações complementares e um grande

potencial a ser explorado. A Câmara de Política Social definiu como ações: a alfabetização, já iniciada; a geração de trabalho e renda, para o quê existem várias ações em andamento, principalmente com a agricultura familiar; os mecanismos de identificação, uma vez que parte da população acabam não se cadastrando por falta de documentação; a proposta de termo de cooperação com o Ministério de Minas e Energia, relativa ao Programa Luz para Todos; a proposta de cooperação com o Ministério dos Esportes, relativa ao Programa Segundo Tempo - Esporte e Lazer; a tarifa social de energia elétrica, com o Ministério de Minas e Energia; a integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Programa de Atenção à Família com o Bolsa Família, como uma estratégia de acompanhamento familiar; e há ainda as ações de cooperação com o BNDES, visando o desenvolvimento local mediante a constituição de cooperativas pela populações de baixa renda. Finalmente, com relação à inclusão de povos indígenas e comunidades quilombolas no Programa Bolsa Família: avançou-se na definição de 225 áreas indígenas prioritárias em 232 municípios de 21 estados; e avalia-se o atendimento de cerca de 360 comunidades em 147 municípios em 21 estados. Encerrada a exposição da Senhora Lúcia Modesto, o Presidente do CONSEA passou a palavra à Senhora **Conceição Lopes**, do Ministério da Educação, coordenadora do acompanhamento da frequência escolar dos alunos que integram as famílias beneficiárias do Bolsa Família. Inicialmente, informou que o Ministério da Educação tem a responsabilidade de fazer esse acompanhamento da frequência escolar junto a todos os municípios brasileiros, o que é feito por meio de um sistema *on line*, via internet, operado pela Caixa Econômica Federal, disponibilizado a todos os municípios, com acessado pelo Secretário ou o técnico por ele designado, com senhas de segurança; no sistema, colhem os relatórios de todas as escolas, os relatórios por escola para aquelas que efetivamente contam os alunos. A Senhora Conceição Lopes informou que houve dificuldades no primeiro momento da implantação, em outubro de 2004, sendo a principal delas fazer com que as pessoas se familiarizassem e soubessem como operar com aquele sistema. Foi necessário prorrogar várias vezes os prazos, deixando o sistema aberto até que, em fevereiro de 2005, conseguiu-se fechar esse primeiro cômputo de frequência, com um percentual relativamente interessante: mais de 3.800 municípios responderam bem; o número de escolas chegamos ao patamar de 20% do total das escolas do Brasil; e chegou-se, então, a 60% das crianças com informação nesse período. Após isso, o MEC abriu, junto com o MDS, um novo período de captação de informação da frequência escolar, referente a maio, junho e julho de 2005, encerrando-se em setembro o período de registro das informações via sistema; embora ainda não se dispusesse do resultado final, já se percebeu que houve um grande avanço: praticamente, menos de 1% dos municípios brasileiros deixaram de informar. A

representante do MEC informou ainda que conseguiram introduzir melhorias no sistema, como a qualificação das informações, ou seja, a colocação dos motivos que causaram a baixa frequência e que deverão impedir que aquela baixa frequência repercuta no benefício, como no caso de doença da criança, de dificuldades de deslocamento para a escola (em função de enchente ou falta de transporte), ou de inexistência de serviço educacional. Tornou-se possível também registrar possíveis motivos da baixa frequência, mas que não impeçam o recebimento do benefício, como aqueles que indicam situações de vulnerabilidade ou risco para as crianças, como a gravidez precoce, a violência em casa ou a exploração sexual. A Senhora Conceição Lopes encerrou sua fala afirmando que, com o tempo, será possível verificar se esse sistema é adequado ou não. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra à Senhora Marília Leão, representante do Ministério da Saúde, que informou que este órgão ficou incumbido de acompanhar as famílias beneficiárias do Bolsa Família que têm crianças pequenas ou mulheres em idade fértil, visando verificar as condicionalidades relativas à Saúde, não no sentido de criar alguma nova agenda, mas sim garantir o acesso aos programas e ações de acesso universal por meio do Sistema Único de Saúde – SUS. Essa agenda de acompanhamento das condicionalidades foi construída de modo a não onerar mais o gestor da saúde, que tem uma agenda bastante ampla e complexa para cumprir. Para chegar às famílias, a estratégia adotada é o Programa Saúde da Família, que hoje já tem uma cobertura de pelo menos 40% da população brasileira, tendo sido estabelecidas as regras de acompanhamento dessas famílias. A Senhora Marília Leão informou ainda que foi criado um sistema em implantação na atenção básica, que é o SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, com um módulo, que pode ser acessado pela *internet* pelos gestores municipais, no qual pode-se retirar a lista dos beneficiários do Bolsa Família que devem ser acompanhados. O processo de implementação iniciou-se em março e a primeira consolidação de dados de registro desse acompanhamento mostrou que apenas 6% das famílias tiveram alguma informação registrada no Sistema. A representante do Ministério da Saúde considerou que foi implementada toda a sistemática e a logística para o acompanhamento, mas ainda assim manteve-se uma baixa adesão dos gestores municipais ao SISVAN. Diante dessa constatação, a Senhora Marília Leão deixou uma reflexão: como os gestores municipais de saúde participarão diretamente da gestão local do Programa, para garantir que essas famílias estejam efetivamente incluídas nas ações de atenção básica à saúde? Uma proposta, continuou a representante, é se gerar um incentivo financeiro para que os gestores municipais possam ser estimulados, porque essa é a lógica da área da Saúde e também de outras áreas, como no caso do próprio MDS, que criou repasse de valor *per capita* para o Cadastro Único. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra ao Conselheiro

José de Arimatéia, que apresentou pronunciamento em nome da Câmara Temática 3 – Segurança Alimentar e Nutricional de Grupos Populacionais Específicos. O Conselheiro destacou inicialmente a constatação de que continuava a dificuldade na estrutura de controle social do Programa, com uma grande quantidade de municípios tendo assumido o termo de compromisso, mas com instâncias de controle social ainda não estabelecidas. Foram identificadas também também dificuldades na área da Saúde e das políticas emancipatórias, que devem estar associadas ao Programa Bolsa Família. O Conselheiro José de Arimatéia apresentou a solicitação de que os CONSEAs nos Estados tenham acesso ao cadastro Bolsa Família, incluindo os endereços dos beneficiários. Destacou também a importância de se criar um espaço de articulação para as diversas ações e programas do Bolsa Família. Em relação à dificuldade de documentação para se cadastrar, o Conselheiro José de Arimatéia frisou que esse não deve ser um condicionante e que deveria ser criado um aparato social para garantir o direito à documentação. Em relação a algumas populações, como os indígenas, a Câmara Temática 3 considerou que não bastaria o cartão, mas deveria talvez ter uma cesta básica. O Conselheiro destacou ainda a importância de se fazer uma pesquisa, em parceria com as universidades, para saber o estado nutricional das populações beneficiárias, como estarão após o benefício e quais os padrões de alimentação que podem diferenciar a população dos pequenos municípios em relação à que vive nos grandes centros urbanos. Finalmente, questionou como seria o aporte financeiro à capacitação. Em seguida, pronunciou-se o Observador Flávio Valente, integrante da Comissão Permanente 6 - Direito Humano à Alimentação, que informou que, desde o começo do ano, a Comissão se dedicou a analisar os programas sob a ótica do Direito Humano a Alimentação Adequada, tendo como estratégia trabalhar em parceria com os gestores, analisando os programas e oferecendo recomendações. O primeiro Programa analisado foi o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar; depois iniciou-se a avaliação do Bolsa família e, por último, será o Programa Saúde na Família. Quanto ao Bolsa Família, considerou-se a parceria muito importante, tendo sido detectadas cinco áreas de atuação que precisam avançar. Constatou-se que ainda existia um diferencial entre o discurso do direito e a efetiva prática do direito, o que não é um problema exclusivo do Bolsa Família e sim da sociedade, que é extremamente paternalista e assistencialista, devendo-se pensar num processo de capacitação, a ser contemplado no planejamento. Uma segunda constatação da Comissão Permanente 6 foi a tendência de exclusão dos mais vulneráveis e o problema de inclusão no Cadastro Único, continua havendo exclusão das famílias mais pobres. O terceiro ponto foi a necessidade de inclusão diferenciada dos povos indígenas e quilombolas; deve-se trabalhar separadamente as populações tradicionais, em função das legislações

internacionais para os povos indígenas. Outro ponto identificado foi a questão das condicionalidades, por se considerar que o Direito Humano não tem contrapartida, não é valor de troca; então, se a finalidade é fazer avançar o Programa, não se pode cobrar das famílias o que é de responsabilidade do Estado; a Comissão considerou, assim, que este sim deixava de cumprir as condicionalidades de garantir que as crianças estejam na escola e que sejam atendidas em postos de saúde. A última questão apresentada pelo Senhor Flávio Valente abordou as responsabilidades: quando há reclamações sobre violações e exigibilidades, há uma enorme dificuldade em se fazer controle social em grande parte no país e, onde há o controle, as pessoas estão sujeitas a risco de vida. Em seguida, o Presidente do CONSEA abriu o debate, passando a palavra ao Conselheiro Ariovaldo Ramos, que falou sobre as conclusões que as Câmaras tiveram ao estudar o assunto. A primeira delas foi que, quando o Fome Zero começou, eles haviam detectado pelo menos cinco populações que estavam em estado de risco eminente por causa da fome: os indígenas, os quilombolas, os moradores de rua, ou seja, as pessoas em situação de rua, a fome urbana e os assentados. Com o Bolsa Família, essas situações continuam, apesar de ser um instrumento de inclusão social de várias pessoas que padecem do problema da fome. O Senhor Ariovaldo Ramos ressaltou que deveria ficar claro que o Bolsa Família é um programa de eficácia ao combate à fome, ainda que não de combate à pobreza ou à miséria. E, considerando que este não contemplou aqueles cinco grupos, o Conselheiro colocou a necessidade de se criar um outro programa, voltado para essas populações. O Conselheiro Malaquias Batista afirmou estar feliz pelo setor de Saúde ter dado um salto qualitativo nos dados mostrados pela Senhora Marília Leão e acrescentou que o próximo salto será converter isso também em vigilância de desenvolvimento, ou seja, saber se as crianças estão se desenvolvendo bem, andando na hora certa, falando no momento certo, se têm controle na aquisição de habilidades. O Conselheiro questionou como o Programa de Saúde Família, cobrindo aproximadamente 45 milhões de pessoas, levava as ações de nutrição a essas pessoas; e concluiu por registrar que, se determinadas ações de saúde fossem cumpridas integralmente, ou seja, se houvesse intervenção assim que detectados os problemas de saúde, economizaríamos pela redução de internações e de outros procedimentos de alto custo, a exemplo do que ocorreu na Costa Rica a partir do momento em que a atenção primária de saúde se difundiu naquele país. A Conselheira Sônia Lucena considerou que, nas pesquisas que tem feito em relação ao Bolsa Família, foram identificadas distorções quanto ao público incluído, em especial quanto à pequena cobertura na Zona da Mata Nordestina. Continuou, afirmando que o desconhecimento do Programa pelos beneficiários, muitos dos quais o identificam como o “Fome Zero do Lula”, o que evidenciou que o benefício tem sido repassado às famílias sem

nenhuma orientação. Quanto às condicionalidades, a Conselheira Sônia Lucena citou o exemplo da ampliação da carga horária nas escolas, em Recife, visando tirar as crianças da rua; isso resultou em mudança no horário em que as crianças ficavam na rua, fazendo pedidos acompanhadas de suas mães, a partir das 17 horas. Em função disso, a Conselheira considerou que ser mais importante fazer um trabalho de conscientização com as famílias; e concluiu afirmando que o SISVAN daria uma contribuição muito grande junto aos municípios, porém muitas prefeituras não tinham nem balança para pesar as crianças e os prefeitos não mostravam interesse nenhum em trabalhar com o SISVAN. A Conselheira Regina Miranda detectou que a falta de registro, ao invés de ser motivo para inclusão no Programa, tornou-se fator de exclusão, citando como exemplo uma reunião recente do CONSEA Estadual na qual o presidente da associação de moradores de rua informou que várias crianças que viviam na rua não tinham registro, nem sabiam quem eram os pais, de forma que não podiam ser beneficiadas pelo Bolsa Família. Assim, reafirmou a necessidade de rever as exigências de documentação, para não mais excluir os mais pobres dentre os pobres. Com relação às condicionalidades, a Conselheira Regina Miranda ponderou que, se um beneficiário e sua família não conseguiam cumprir com essas exigências, tornava-se necessário olhar a vulnerabilidade na sua diversidade e promover o acolhimento, ou seja, o Estado deverá deixar a postura “policial” em prol de uma postura de promoção e acolhimento. A Conselheira Suplente Christiane Gasparini solicitou esclarecimentos sobre a integração entre o Programa de Atenção Integral à Família com o Programa Bolsa Família; sobre como será feito o monitoramento na área da saúde onde não há Programa Saúde na Família; e sobre como entidades locais, que têm contato direto com as famílias, poderiam atuar no controle social do Bolsa Família e ter acesso aos dados dos sistemas, considerando que as ONGs poderão atuar na capacitação dessas entidades locais. O Conselheiro Walter Belik parabenizou a equipe do Programa Bolsa Família pelos avanços e solicitou esclarecimentos sobre os compromissos assumidos pelos municípios no termo de adesão, uma vez que já é obrigação do Estado prover escola e atendimento à saúde, entre outros; e também sobre o que é a instância de controle social e suas características (se eleita, se nomeada). O Conselheiro Carlos Faccina ressaltou que o Programa Bolsa Família foi a realização mais importante que o Brasil teve nos últimos cinquenta anos, ponderando que os problemas, entraves e questões existentes seriam mais de gestão, como o entrosamento entre Ministérios, do que de falta de recursos. O Conselheiro questionou se haveria necessidade de se contratar uma empresa para cadastrar os indígenas, uma vez que existe a FUNAI. Frente à baixa cobertura do SISVAN, deveria haver uma melhor integração da questão da nutrição com a saúde, por meio dos agentes de saúde do Ministério da Saúde.

Quanto às condicionalidades, o Senhor Carlos Faccina ponderou que nenhum país do mundo conseguiu políticas sociais sem contrapartidas efetivas, as quais implicam responsabilidades dos beneficiários, evitando paternalismos. Finalmente, questionou se seria retomado o Programa Primeiro Emprego. O Senhor Ronaldo José Serra, representante do Conselho Federal de Serviço Social, informou que em Belo Horizonte foi incluída uma condicionalidade relativa à não exploração do trabalho infantil, questionando a relação do Programa Bolsa Família com a nova Política de Assistência Social e se a área de Assistência Social iria acompanhar essa condicionalidade. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou aos comentários dos membros da mesa, iniciando pela Senhora Lúcia Modesto, que iniciou por comentar que a regulamentação do Bolsa Família reconhece que conselhos já instituídos podem ser as instâncias de controle social, o que evitaria a necessidade de mais um conselho nos municípios, que hoje são obrigados a criar até 48 conselhos para implementar todas as políticas descentralizadas. Além disso, previu-se que essa instância seja paritária entre poder público e sociedade, sendo necessário saber como foi instituída e sua composição, bem como a área responsável pela gestão do Programa no Município, que pode ser das áreas de Assistência Social, Trabalho, Educação ou mesmo Saúde. Com os termos de Adesão, estão conhecendo o perfil dessas instâncias e como está organizada a gestão, a partir do quê se montou uma estratégia de capacitação. A representante da SENARC/MDS informou, com relação ao acesso ao Programa, existirem dois erros: o da exclusão, ou não-inclusão de potenciais beneficiários, e o da inclusão indevida; o primeiro erro tende a ser minimizado pela localização das áreas com concentração de populações com maior índice de vulnerabilidade, com o apoio dos mapas do IBGE, e também com o bom funcionamento das instâncias de controle. A Senhora Lúcia Modesto explicitou uma divergência em relação às questões apresentadas, relativa ao suposto caráter excludente do Cadastro Único, afirmando que este possibilitava a inclusão das populações mais vulneráveis com a criação de alguns mecanismos e adaptação do processo de implementação existente; com relação a esse tema, propôs fazer novo balanço em breve, para verificar se as inovações introduzidas recentemente terão resolvido os problemas. Outra divergência foi relativa ao questionamento das condicionalidades como contrapartidas a direitos sociais, afirmando a Senhora Lúcia Modesto que a Constituição Federal define direitos e obrigações, o que é um valor para a sociedade, de forma que o processo de acompanhamento das condicionalidades deveria ser visto como uma forma efetiva de operacionalizar o direito e não como uma forma de punição. Em seguida, a Senhora Marília Leão, representante do Ministério da Saúde, disse que a atuação desse órgão no acompanhamento das condicionalidades foi pensada dentro da lógica da saúde como direito universal, com um olhar

diferenciado para as famílias mais vulneráveis. Informou que as Secretarias Municipais de Saúde receberam comunicação e senha para que acessem a relação de famílias e passem a acompanhá-las, contando com um agente de saúde do Programa Saúde da Família ou, na ausência deste, com as equipes da atenção básica, o que garantiria, em qualquer situação, esse acompanhamento. A senhora Marília Leão esclareceu ainda que 6% é a proporção de famílias com registro no Sistema, o que não quer dizer que outras não tenham sido visitadas, porém sem registro no sistema. Finalmente, a representante do Ministério da Saúde informou de recente visita internacional que apresentou avaliação muito positiva do Bolsa Família, em função da sua abrangência e intersetorialidade, motivo pelo qual parabenizou a equipe do MDS pelos avanços, os quais deveria ser reconhecido por todos. Em seguida, o Senhor Antonio Claret, diretor da SENARC/MDS, acrescentou esclarecimentos, iniciando por comentar que várias das questões colocadas vêm sendo objeto de discussões com as instâncias do CONSEA, havendo avanços mas ainda muita coisa a ser aperfeiçoada no Programa. Com relação ao processo de adesão municipal, o Senhor Antonio Claret fez esta uma das condições essenciais para a gestão municipal do Bolsa Família, com indicação do gestor municipal, a formalização das responsabilidades, chamando a atenção para as famílias e grupos mais vulneráveis, e ainda a formalização das instâncias de controle social, respeitando a autonomia municipal e a forma de organização de cada município. Com relação às condicionalidades, afirmou estar na legislação do Programa, tratando-se de direitos sociais básicos e que buscava-se, na verdade, um processo gradativo de responsabilização do Estado e também um processo pedagógico pelo qual as famílias entenderiam as dimensões de cidadania; num primeiro momento, a família receberá uma advertência e, se for constatado o não cumprimento, a família será notificada que houve uma falha na sua agenda de compromisso; num segundo momento, haverá um bloqueio do benefício, com possibilidade de que a família venha a receber o valor relativo àquela parcela, se resolvida a pendência; finalmente, se após todo esse processo o problema se não for resolvido, haverá uma suspensão do benefício até que seja sanada a situação do não cumprimento das condicionalidades. O Diretor da SENARC/MDS esclareceu que entrava aí a responsabilidade do gestor municipal, acompanhando junto às famílias o não cumprimento das condicionalidades, devendo as medidas citadas passar necessariamente pela instância de controle social, visando identificar as responsabilidades. Acrescentou ainda o repasse Fundo a Fundo aos municípios para a atualização do cadastro; a integração das ações, como o acompanhamento das famílias vulneráveis pela área de Assistência Social dos Municípios, incluindo a integração com o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; e finalmente a capacitação de conselheiros, mediante acordo com o BIRD. Em seguida, o Presidente

Francisco Menezes fez referência à chegada do Ministro Patrus Ananias, que se integrou à mesa, e passou-lhe a palavra. O Ministro começou fazendo uma homenagem à sua assessora do Fome Zero, Adriana Aranha, que trabalhou com muita determinação para que fosse concluído o que ele informaria em seguida. Em seguida, o Ministro fez a saudação aos presentes e avaliou que o debate sobre o Bolsa Família foi muito esclarecedor e abordou os desafios que estavam sendo enfrentando para consolidar o Bolsa Família como um dos maiores Programas de Transferência de Renda do mundo, de apoio, acolhimento e promoção das famílias pobres, contando com o reconhecimento do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, organizações ligadas à ONU e outras entidades. Mas ponderou ser necessário estar permanentemente buscando formas de maior aperfeiçoamento visando novas e maiores conquistas e avanços no Bolsa Família, de forma a consolidar no país uma rede de proteção e promoção social. Para isso, informou estarem pactuando com Governos Estaduais e Municipais, integrando e articulando políticas sociais numa linha ética. O Ministério foi constituído há pouco mais de ano e meio a partir de três áreas bem definidas: a Segurança Alimentar e Nutricional, a Assistência Social e a Transferência de Renda. Informou sobre a integração do Bolsa Família com o PETI, garantindo a essas famílias o benefício no valor máximo, podendo ser complementado pelos Estados e Municípios, de forma que os recursos do PETI serão integralmente destinados para a ampliação das jornadas ou para as ações socioeducativas, começando assim um processo de a criança ficar quase o dia inteiro com atividades pedagógicas; mas ressaltou não ser um processo fácil, por serem dois programas diferentes, com cadastros diferentes, matrizes e concepções diferentes. O Ministro informou ainda uma outra integração importante, a do Bolsa Família com o PAIF – Programa de Atenção Integral as Famílias, que vem implantando Casas de Família e Centros de Referência da Assistência Social, espaços físicos onde as famílias pobres são orientadas por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos e têm acesso a atividades de geração de ocupações e renda. Com a implantação da SUAS – Sistema Único de Assistência Social, esses espaços passam a ser a porta de entrada do Sistema, tornando-os espaços emancipatórios, de alfabetização, educação de jovens e adultos, qualificação profissional, inclusão digital e atividades de geração de renda. O Ministro prosseguiu, relatando ações estruturantes no âmbito da SESAN – Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional e da SAIP – Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, destacando a parceria com o BNDES, no montante de dez milhões de reais, visando ações em quarenta e dois municípios selecionados segundo critérios diversos. O Ministro informou ainda o convênio com a Entidade Nacional dos Cartórios para atender às pessoas de baixa renda que não têm recursos para a emissão de documentos; com a Pastoral da Criança, para identificar

beneficiário potenciais do Bolsa Família; com a ASA – Articulação do Semi-Árido; e com o Talher. O Ministro propôs dois temas para o CONSEA: os avanços na construção de indicadores e avaliações de impacto das políticas sociais, por parte da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/MDS; e o SUAS - Sistema Único de Assistência Social, um passo importante para superação do clientelismo e do paternalismo, garantindo transparência e acesso aos direitos. O Ministro Patrus Ananias concluiu ressaltando a importância do acompanhamento pela sociedade, sendo CONSEA um grande parceiro, com uma presença forte, integrando Estado e sociedade na construção das políticas e programas. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes considerou que os temas propostos seriam bem-vindos e encerrou a discussão sobre o Programa Bolsa Família, informando que as questões apresentadas seriam encaminhadas ao MDS e que parte das questões colocadas deverá ser objeto de discussões futuras, como o atendimento aos grupos específicos. Em seguida, deu início ao Informe sobre a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, ressaltando o esforço e o trabalho intensivo, incluindo-se as negociações com o MDS e a Casa Civil, para que o Projeto fosse encaminhado. Nesse processo, o Projeto passou por alguns ajustes, no sentido do seu “enxugamento”, retirando-se o que seria objeto de regulamentação posterior via decreto. Em seguida, o Ministro Patrus Ananias assinou o ato de encaminhamento oficial da LOSAN pelo MDS à Casa Civil, ao mesmo tempo em que cópias da LOSAN foram distribuídas aos presentes. O Presidente do CONSEA informou ainda sobre o contato com a Ministra Dilma Rousseff, pelo qual se solicitou prioridade para o Projeto, e com o Ministro Jaques Wagner, para a tramitação do Projeto no Congresso Nacional; e concluiu o informe, lembrando da realização do Seminário sobre a LOSAN no dia 19 de outubro, convocando os conselheiros para mobilizar suas entidades e para sensibilizar os parlamentares sobre a proposta. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes suspendeu a Reunião Plenária para o intervalo do almoço, convocando a todos para a retomada das atividades às 14h. **PERÍODO DA TARDE** – O Presidente do CONSEA retomou as atividades às 14:30, compondo a mesa com o Senhor João Fassarella, Secretário-Executivo Adjunto do MDS; a Senhora Ana Teresa Holanda de Albuquerque, Diretora do Departamento de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPOG; a Senhora Mônica Libório, representante do MPOG no CONSEA; e Aloisio Melo, Coordenador Geral da Secretaria do CONSEA. Em seguida, passou a palavra à Senhora Ana Teresa Albuquerque, que se apresentou e iniciou a apresentação da visão geral do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA de 2006, com foco na área social. O ponto de partida para a proposta orçamentária é a elaboração dos parâmetros macroeconômicos, ou seja, o cenário econômico para o ano que vem, tendo se considerado na proposta um crescimento real do PIB de 4,5%, enquanto neste ano previu-se

um crescimento de 3,4%; com relação ao salário mínimo, previu-se um crescimento pelo INPC de 4,3% e uma variação real do PIB que se estima para 2005 de 1,94%; o valor do salário mínimo seria de R\$ 321,00, contra R\$300,00 em 2005. Seguindo nas definições de parâmetros para o PLOA 2006, a Senhora Ana Teresa relatou a distribuição da receita líquida de transferências a estados e municípios, da ordem de 41%, a maior parte delas vinculadas ao salário mínimo; e em seguida, as despesas com pessoal e encargos sociais, de 22,6%; previu-se que 11,9% seria destinado ao resultado primário; as despesas discricionárias ficariam em torno de 19,1% e as demais obrigatórias em 4,8%. Diante da preocupação do Governo com a elevação da carga tributária, previu-se uma redução da carga tributária, com dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias limitando a carga em 16,37% do PIB. A Diretora da SOF/MP informou ainda o limite de 17% do PIB para as despesas correntes primárias, exclusive transferências por repartição de receita e incluindo nesse limite 1/3 da reserva de contingência primária; no PLOA 2006, as despesas correntes primárias totalizam 16,98% do PIB, abaixo, portanto, do limite de 17%. A despesa primária, em 2006, será composta da seguinte forma: 44% para benefícios previdenciários; 28% para pessoal e encargos; 19% para despesas discricionárias; 8% para outras despesas obrigatórias; e 1% para subsídios e subvenções. O déficit da Previdência deverá crescer em 2006, chegando ao montante de R\$ 39 bilhões, o que representa menor ritmo de crescimento em relação aos últimos anos. As despesas discricionárias deverão ser da ordem de R\$ 83,5 bilhões, dos quais 67% irão para a política social, 14% para a infra-estrutura, 14% para os poderes de Estado e 5% para a produção. A política social deverá contar, em 2006, com R\$55,9 bilhões, frente a R\$48,1 bilhão em 2005, e será distribuída da seguinte forma: R\$37 bilhões para Saúde, R\$8,2 bilhões para Desenvolvimento Social e Combate à Fome; R\$8 bilhões para Educação; R\$1.185 milhões para Previdência Social; R\$ 648 milhões para Trabalho e Emprego; R\$405 milhões para a Cultura; e R\$377 milhões para Esporte. A Senhora Ana Teresa Albuquerque falou também sobre a evolução dos investimentos, informando que deverão crescer cerca de 15% em relação a 2005, chegando a R\$ 45,4 bilhões, sendo que as estatais são as que mais investem dentro do setor público. Uma importante inovação para 2006, segundo a representante da SOF/MP, foi o fato de o Brasil, após negociações com o Fundo Monetário Internacional, ter sido escolhido o país piloto para que fossem selecionados projetos com viabilidade e capazes de gerar retorno econômico e social, os quais não seriam considerados no cômputo da despesa primária, o que terá o efeito de permitir a redução da meta fiscal; foram escolhidos diversos projetos que deverão gerar retorno positivo lá na frente, em sua maioria de infra-estrutura, em montante de R\$3,3 bilhões. Em seguida, a Senhora Ana Teresa Albuquerque apresentou um balanço do

Orçamento da área social em 2006, destacando a previsão de investimento de R\$561,3 milhões para reduzir o déficit habitacional de famílias com rendas de até cinco salários mínimos, além de R\$181 milhões para Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários; R\$ 906 milhões para Saneamento; R\$8,3 bilhões para o Programa Bolsa Família, representando um crescimento de 27% em relação a 2005; R\$ 3.619,0 milhões para a Política de Medicamentos, representando um crescimento de 31,6% sobre 2005; R\$ 300,0 milhões para o Serviço de Atendimento Móvel às Urgências; R\$ 585,0 milhões para o Livro Didático; R\$ 460,6 milhões para a Educação de Jovens e Adultos, beneficiando cerca de 1,8 milhão de alunos e 110 mil educadores de jovens e adultos; R\$ 369,1 milhões para a eExpansão do Ensino Profissional e R\$ 1,73 bilhão para o Ensino Superior; e R\$ 200,0 milhões para Modernização da Previdência Social, com investimentos na gestão e em tecnologia da informação, visando à melhoria do atendimento aos beneficiários. Especificamente para a área de Segurança Alimentar e Nutricional, a Senhora Ana Teresa informou que serão destinados R\$1,33 bilhão para a Merenda Escolar, beneficiando trinta e sete milhões de crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino; o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) continuará beneficiando pelo menos oito milhões de trabalhadores; R\$46,0 milhões serão destinados à Distribuição de Cestas de Alimentos, beneficiando 418 mil famílias; R\$32,0 milhões para os Restaurantes Populares, com expansão em 2006 para cerca de 100 unidades; R\$69,2 milhões para construção de cisternas, permitindo a construção de 52,5 mil novas cisternas; e R\$265,2 milhões para Aquisição de Alimentos pelo MDS, permitindo a aquisição de 282 mil toneladas de alimentos, incluindo a distribuição de leite para 700 mil famílias da região do sem-árido. Em seguida, a Senhora Mônica Libório, representante do Sr. Ministro do Planejamento no CONSEA, apresentou um balanço da incorporação das propostas do CONSEA ao PLOA 2006, iniciando por considerar muito importante que os conselheiros conheçam os grandes números do Orçamento, para poder entender como funciona a sistemática, ou seja: a partir das regras que foram estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a partir ir dos parâmetros, foram distribuídos os volumes de recursos para cada Ministério; tendo recebido seu volume de recursos, cabe a cada Ministério fazer a distribuição, conforme suas ações e programas; existem, também as prioridades definidas pelo Presidente Lula, sendo o Bolsa Família uma delas. O CONSEA encaminhou sua seleção de programas e suas propostas de dotação para os Programas e Ações prioritários, para que fossem considerados pelos Ministérios e órgãos na definição dos valores para 2006. A Senhora Mônica Libório explicou o trabalho feito pelo Grupo responsável, tendo por base os temas do CONSEA, identificando os valores previstos para 2005 e 2006, e passou a apresentar um resumo dos programas e ações de cada

tema. Em alguns, como o tema Biodiversidade e Populações Tradicionais, com ações do Ministério do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura, houve uma redução do volume de recursos de 2005 para 2006; em compensação, houve um grande acréscimo no tema da Transferência de Renda, de R\$7,2 bilhões para R\$8,8 bilhões, bem como em outros temas, de forma que, no conjunto dos Programas e Ações selecionados pelo CONSEA, as dotações de 2005 e 2006 ficaram no mesmo patamar, da ordem de R\$17 bilhões. No tema da Alimentação Escolar, houve expansão de R\$1,266 bilhão para R\$1,314 bilhão; no tema Acesso à Alimentação, houve redução de R\$88,7 milhões para R\$82,5 milhões; as ações voltadas aos catadores de materiais recicláveis tiveram redução de R\$15,5 milhões para R\$830 mil reais; no tema da Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, houve expansão de R\$250 milhões para R\$287,5 milhões; no tema da Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, houve aumento de R\$19,8 milhões para R\$24,2 milhões; e finalmente, no tema da Segurança Alimentar e Nutricional no Semi-Árido, o montante, que era de R\$456 milhões em 2005, passou para R\$370 milhões. Em seguida, a representante do MP teceu comentários em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, para o qual o CONSEA havia proposto orçamento de R\$1 bilhão para 2006, além da solicitação de suplementação de R\$70 milhões para este exercício, já tramitando, e outros em R\$80 milhões, em análise no MP, considerando-se a necessidade de definir a fonte desses recursos e o espaço fiscal para a ampliação. Embora a proposta para o PAA em 2006 não tenha chegado ao patamar demandado pelo CONSEA, houve significativa expansão, passando de R\$278,8 milhões em 2005 para R\$405 milhões em 2006, incluindo-se aí a criação de uma nova ação no MDA, além daquela já existente no MDS. Ainda nesse tema, a Senhora Mônica Libório destacou as ações do Programa de Abastecimento Alimentar, operadas pela CONAB, cuja dotação será ampliada de R\$1,985 bilhão para R\$2,159 bilhões. Destacou ainda as ampliações na ação de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, que permitirá manter o valor *per capita* de R\$0,18/criança/dia; a proposta do CONSEA de ampliação desse valor não foi acatada pelo Ministério da Educação, que optou por criar ou expandir outros Programas, considerando a expansão já verificada em 2005. Com relação à Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, a representante do MP destacou as ampliações nos dois Programas existentes, com destaque para as ações a cargo da FUNASA. No caso do Bolsa Família, ressaltou, além da expansão do benefício, já citada anteriormente, a ampliação dos valores repassados aos Municípios para atualização e ampliação do Cadastro Único. No caso da Alimentação Saudável, houve aumento na dotação destinada à Prevenção e Controle das Carências Nutricionais por Micronutrientes. Constatou-se ainda uma redução no conjunto das dotações voltadas às ações de geração de emprego e renda do Ministério do

Trabalho, em especial no Programa Primeiro Emprego e no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, possivelmente pela baixa execução dessas ações em 2005 ou por alguma mudança de estratégia. Outra mudança foi a exclusão da ação de Remuneração por Prestação de Serviços Ambientais Certificados do Programa Proambiente, neste caso pela falta de uma legislação que permitisse a execução dessa ação. Em seguida, o Presidente do CONSEA solicitou informações sobre a proposta do Conselho de que fossem previstos recursos, para 2006, visando criar incentivo financeiro aos Municípios para a implantação do SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. A Senhora Mônica Libório explicou que havia sido criado um Grupo de Trabalho no Ministério da Saúde - MS, que chegou à conclusão de que seriam necessários R\$150 milhões para isso, o que não seria muito em termos absolutos, mas não havia mais espaço para isso, considerando os repasses feitos por esse Ministério para o Bolsa Família; por outro lado, da parte do MDS também não se via possibilidade, tendo em vista a expansão do número de beneficiários; ao fim, concluiu que não foi possível viabilizar a proposta, mas que deveria se continuar buscando alternativas para isso. O Presidente Francisco Menezes agradeceu à pelas informações e abriu a palavra inicialmente aos representantes ministeriais, para que estes apresentassem seus esclarecimentos, e em seguida aos representantes da sociedade civil. Inicialmente, pronunciou-se a Senhora Marília Leão, do Ministério da Saúde, que esclareceu, em relação ao incentivo ao SISVAN, que quando foi dada ao MS a tarefa de fazer o acompanhamento das famílias, começaram a organizar toda uma logística e processos para que a gestão municipal se encarregasse dessa agenda. Então, buscaram dentro dos regulamentos da Saúde uma medida possível, que seria criar um incentivo financeiro, dentro da lógica do financiamento da Atenção Básica, específica para o SISVAN. Porém, continuou a Senhora Marília Leão, as discussões recentes sobre o financiamento da Atenção Básica evoluíram talvez para não se apoiar a criação de incentivos específicos. Dada a importância das ações de Saúde no Bolsa Família, reafirmou a necessidade de se continuar a discussão para encontrar soluções, em especial quanto às fontes de recursos, sendo que o Ministro Patrus Ananias mostrou disposição de dialogar com o Ministério da Saúde sobre essa questão. O representante do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt pronunciou-se em relação ao PRONAF, esclarecendo que a redução de praticamente dois bilhões de reais do OGU prevista para 2006 não significará redução em termos de financiamentos do Pronaf, mas sim a mudança para outras fontes, como o FAT e os fundos condicionais dos recursos do OGU serão destinados especialmente para o Pronaf A, voltado aos assentados, e o Pronaf B, para os agricultores de menor renda. O representante do Ministério da Fazenda acrescentou ainda que, no ano de 2005, por decisão do Tesouro, foram ampliados os recursos orçamentários para os

Grupos C e D do PRONAF, tanto para custeio quanto para investimento, reduzindo-se a recuperação do uso do FAT. Já para 2006, está prevista a redução dos recursos do OGU e a ampliação dos recursos do FAT, deixando os recursos do OGU exclusivamente para o PRONAF A e B (Risco da União). Apesar da redução dos montantes do OGU em cerca de dois bilhões em 2006, o total dos recursos disponibilizados para o financiamento da agricultura familiar será ampliada em três bilhões de reais. A representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Lana Magaly Pires, registrou uma correção na Ação da Ciência e Tecnologia de Apoio à Pesquisa, para a qual não foram disponibilizados um milhão e cem mil reais em 2005, e sim quatrocentos mil reais, havendo outros setecentos mil reais em decorrência de emendas parlamentares. Informou ainda que foi analisada a possibilidade de se aumentar a dotação dessa ação para três milhões de reais, visando para apoiar a continuidade da Pesquisa Nacional de Consumo de Escolares, solicitando o apoio do CONSEA, em sua missão de aconselhamento à Presidência da República, para que se viabilizasse essa ampliação no OGU 2006. O Senhor Sílvio Porto, diretor da CONAB, visando evitar uma leitura enviesada dos números, esclareceu que a dotação orçamentária do Programa de Abastecimento Agroalimentar, que é de cerca de dois milhões de reais, tanto em 2005 como em 2006, trata-se apenas de uma previsão orçamentária, sendo o espaço fiscal muito menor que isso; assim, em 2005, o espaço era de apenas trezentos milhões de reais, sendo ampliado para cerca de quatrocentos milhões de reais após muitas negociações. O Senhor Sílvio Porto informou ainda que o Ministério da Agricultura estava abrindo uma discussão com o Ministério da Fazenda sobre as necessidades para a comercialização da safra de trigo, já iniciada e está tendo uma série de dificuldades em relação a comercialização. Para 2006, embora haja uma previsão orçamentária de dois bilhões e 159 (cento e cinqüenta e nove) milhões de reais, o espaço assegurado será de aproximadamente 560 (quinhentos e sessenta) milhões de reais. O Senhor Jader Oliveira, do MDS, esclareceu que a perspectiva de 265 (duzentos e sessenta e cinco) milhões de reais destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em 2006 inclui uma nova ação do MDA, além daquela já existente no MDS. O Senhor João Fassarella, Secretário-Executivo Adjunto do MDS, esclareceu sobre o esforço desse Ministério para aumentar os recursos do PAA para 2006, uma vez que o orçamento do órgão, embora seja grande, é composto, em sua quase totalidade, por recursos comprometidos com despesas obrigatórias do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia. Nas despesas discricionárias, o aumento conseguido foi de 136 (cento e trinta e seis) milhões de reais, dos quais setenta milhões foram para o PAA; e há a expectativa de ampliação de mais oitenta milhões, sendo necessário ainda superar dificuldades técnicas. O Senhor Fassarella informou ainda que o MDS está preparando uma intervenção mais ativa junto

ao Congresso Nacional para ampliar os recursos orçamentários via emendas, com prioridade para o PAA, para a expansão do PETI e para outras ações de Segurança Alimentar e Nutricional. O Conselheiro José **Arimatéia** registrou preocupação com o debate sobre orçamento feito de forma apressada, considerando ser também da responsabilidade do CONSEA efetivar a vontade do Presidente Lula de que, ao fim do seu governo, todos os brasileiros se alimentassem pelo menos três vezes ao dia. Manifestou ainda preocupação com a falta de recursos para o aumento do salário mínimo, tendo em vista o crescimento dos valores destinados ao pagamento das dívidas, e também preocupação em evitar a disputa por recursos entre os programas sociais. Ao fim, o Conselheiro José Arimatéia propôs que fossem convidados os outros conselhos, inclusive o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, para se fazer um debate mais profundo sobre o papel de cada um nessa questão. O Conselheiro Uiraci Dantas ressaltou o compromisso e o grande esforço do MDS em fazer avançar os seus programas, com visto na apresentação do Bolsa Família e também no caso do PAA, destacando como mais importantes as decisões políticas anteriores sobre o Orçamento, sobre as quais o CONSEA deve buscar intervir e aconselhar. Quanto aos montantes destinados às dívidas, não se trata de pensar em calote, mas de renegociar os seus termos, para se evitar gargalos tão grandes como os verificados atualmente. Considerou ainda que os Ministérios estavam se esforçando para aplicar corretamente os recursos, sendo necessário a intervenção do Conselho para ampliar suas dotações. A Conselheira Ana Lúcia Pereira comentou os pronunciamentos da Conselheira Regina Miranda e do Conselheiro Ariovaldo Ramos durante o período da manhã, referentes à não-inclusão da população negra nos programas governamentais, a exemplo dos catadores de papel, que não são contemplados no Programa Bolsa Família. Analisando a proposta orçamentária para 2006, a Conselheira constatou que, nas ações específicas para a população negra, o único aumento ocorreu no FNDE, referente à educação em áreas quilombolas; por outro lado, o MDA retirou o apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas e o MS também zerou a dotação destinada às ações de saúde voltadas a esse público. A Conselheira Ana Lúcia Pereira comentou ainda que a questão da demarcação e titulação das terras remanescentes de quilombolas diminuiu em 52%, informando que essas informações seriam úteis para a mobilização do movimento negro (a Marcha do Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida) prevista para os próximos dias. O Conselheiro Carlos Faccina ressaltou inicialmente que suas observações tinham sentido construtivo e não de crítica, considerando em seguida que o orçamento reflete o foco da organização, empresa ou governo. Desse ponto de vista, a proposta para o OGU 2006 não indicava a existência de prioridades, dada a dispersão de ações; inclusive, via como

positivo o corte de algumas dotações inferiores a cinquenta mil reais, por serem pouco significativas. Confirmou a percepção de existirem mais verbas para a população indígena do que para as chamadas populações negras carentes. O Conselheiro Carlos Faccina observou ainda a falta de prioridade para a sustentabilidade das políticas, a exemplo da redução de recursos para a assistência técnica ao assentado, a qual, junto com a educação e a melhoria da qualidade de vida, é tão importante quanto o assentamento em si; ou então a desproporção entre as dotações elevadas para a aquisição de produtos agrícolas e as baixas dotações para a capacitação. O Conselheiro Sillas Vieira registrou preocupação com a redução da dotação orçamentária em algumas ações e programas de interesse da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como o apoio à pesquisa e desenvolvimento aplicado à Segurança Alimentar e Nutricional; o PAA, para o qual se aguarda suplementação ainda em 2005; o Pronaf, sendo que neste caso já houve esclarecimento pelo representante do MF; e a ainda a Pesca e Aquicultura, área que tem sido pouco discutida pelo CONSEA e que sofrerá grande redução em 2006. O Conselheiro Éldio Bonomo elogiou o trabalho de levantamento dos programas e ações dos diversos ministérios em relação à Segurança Alimentar e Nutricional, porém registrou seu desapontamento com as informações sobre o OGU 2006, pois significou que o que vinha sendo discutido há quatro meses no CONSEA não foi ouvido. Diante disso, propôs que a sociedade civil reagisse à redução das dotações para ações de promoção da alimentação saudável e de pesquisa nos Ministérios da Saúde, Ciência e Tecnologia e na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS. Essas ações são necessárias para diagnósticos abrangentes que dêem base para políticas que atendam ao conjunto da sociedade. O Conselheiro Éldio Bonomo ressaltou que não deveria se concordar com isso e que, caso os Ministérios não incorporassem as recomendações do CONSEA discutidas mês a mês, que se buscassem mecanismos de ligação direta com a Presidência da República. A Conselheira Sônia Lucena manifestou concordância com o pronunciamento anterior, deixando registrada sua indignação com algumas medidas relativas ao Projeto de Lei Orçamentária 2006, como a redução em 20% dos recursos destinados ao abastecimento de água e ao saneamento, resultando em aumento automático dos recursos necessários para o tratamento de doenças que têm prevenção. Considerou ainda que o Projeto deixou claro que o SISVAN não era prioridade do Governo, como não tinha sido ao longo dos vinte e cinco anos em que trabalhou na área de nutrição. Finalmente, a Conselheira Sônia Lucena considerou extremamente frustrante a redução dos recursos do Programa Primeiro Emprego, contrariando sua expectativa de que nesse Governo haveria uma redução substancial da criminalidade associada ao desemprego, sendo sua cidade, Recife, a detentora do maior índice de homicídios do país. O Presidente do CONSEA passou a palavra

para a Senhora Mônica Libório, representante do Ministério do Planejamento, que comentou que a comparação entre os Orçamentos de 2005 e de 2006 é falha, pois muitas ações de 2005 receberam emendas ao projeto original. Esclareceu também que fez-se uma análise de uma seleção de programas e ações, e não de todo o Orçamento, de forma que não se pode concluir que houve uma redução geral da área social. Prontificou-se a buscar esclarecimentos para algumas questões pontuais, destacando que, na área de saneamento, deverão ocorrer muitas emendas ao Projeto do Orçamento 2006, como ocorre via de regra; somente uma comparação após a aprovação da Lei Orçamentária 2006 permitiria uma visão mais clara. A representante do Ministério do Planejamento concluiu afirmando que, a partir dessas discussões, os conselheiros podiam ter uma visão mais clara sobre o funcionamento do Orçamento Geral da União. O Presidente Francisco Menezes registrou o agradecimento ao empenho da Senhora Mônica Libório para que, desde o início do ano, o CONSEA pudesse acompanhar e ter voz sobre essa questão. Acrescentou que o debate sobre o Orçamento não se encerrava naquele momento, pois havia espaço para atuação no Congresso Nacional durante a tramitação do Projeto de Lei, visando recuperar o que não foi contemplado. O Presidente propôs que o Conselho registrasse sua apreensão em relação ao que constatou em relação ao Projeto de Lei Orçamentária 2006, ao mesmo tempo em que manifestasse sua satisfação com o cumprimento da meta do Bolsa Família, ressaltando que este não é o único programa de interesse da Segurança Alimentar e Nutricional; não foi possível uma análise detida dos recursos dispendidos no pagamento das dívidas interna e externa, mas isso deveria ser discutido mais profundamente. O Senhor João Fassarella ressaltou que uma manifestação posterior deveria ser feita a partir da comparação entre os projetos de lei de 2005 e 2006, para evitar a distorção relativa às alterações feitas no Congresso Nacional e ao longo do exercício fiscal. O Presidente do CONSEA deu por encerrado esse ponto da pauta e passou para o item relativo aos Encaminhamentos das Instâncias, iniciando pela Comissão Permanente 5 – Segurança Alimentar e Nutricional no Semi-Árido. O Coordenador, Naidison Baptista, informou que a Comissão discutiu o seu funcionamento ao longo do ano, tendo se dedicado a analisar os componentes do Projeto de Transposição do São Francisco; porém, apenas três representantes da sociedade civil participam da Comissão e a representação governamental é inconstante e muito fluida; diante disso, propõe que se amplie a participação de conselheiros e se reveja a participação dos órgãos do Governo Federal. O Conselheiro Naidison Baptista apresentou também avaliação quanto à proposta de ampliação das metas do P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas com recursos da CODEVASF, por meio de novo Termo de Parceria, conforme proposta de Recomendação distribuída aos conselheiros. Finalmente, o Coordenador apresentou

a proposta de nova regulamentação determinando a aplicação da modalidade de pregão nos convênios do Governo Federal com entidades da sociedade civil, o que impediria a realização de compras em pequenas localidades e, com isso, inviabilizaria a continuidade do P1MC, executado de forma descentralizada em 980 (novecentos e oitenta) municípios. Diante disso, a Comissão Permanente 5 propõe que a Plenária se manifeste contrariamente à aprovação dessa nova regulamentação. O Conselheiro Naidison Baptista apresentou ainda um balanço das discussões relativas às ações complementares ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco, tendo-se constatado: a inexistência de ações específicas de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar na área do Projeto; a polêmica em relação à mercantilização e comercialização das águas; a situação de degradação do Rio pela atuação de carvoeiros e projetos de irrigação, entre outros; e ainda que o Projeto não contemplou a Segurança Alimentar e Nutricional. A Comissão Permanente 5 propôs, então, que fosse recomendado aos CONSEAs Estaduais proceder à análise do Projeto, trazendo suas questões para o CONSEA Nacional; e que se solicitasse informações sobre o Projeto sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional, para nova avaliação em novembro. Dando prosseguimento, o Conselheiro Naidison Baptista informou que, naquela data, entrou em greve de fome do Bispo Dom Luiz Cappio, da Diocese de Barra – BA; o Conselheiro fez um resumo da carta encaminhada pelo religioso ao Presidente Lula e da Declaração firmada pelo Bispo e leu a carta do Conselheiro Suplente Adriano Martins, que estava junto ao Bispo naquele momento. O Presidente do CONSEA propôs encaminhamento a respeito da solicitação ampliação da participação na Comissão Permanente 5, por meio de uma circular onde os conselheiros manifestassem sua disposição de integrar a instância, ressaltando a dificuldade de participação em função das outras reuniões de instância que ocorrem concomitantemente, devendo-se estudar alternativas de horário. Em seguida, o Senhor Francisco Menezes solicitou ao Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Senhor Onaur Ruano, esclarecimentos em relação à norma instituindo a obrigatoriedade do pregão. O Secretário Onaur Ruano informou que, desde o início, reconheceram que a proposta de decreto colocava dificuldades não só para a parceria do MDS com a ASA no Projeto das Cisternas, mas também para parcerias com outras entidades que desenvolvem trabalhos relevantes com o MDS. Em função disso, decidiram por encaminhar a questão para análise pela área de Controle Interno do Ministério, visando estudar possibilidades de flexibilizar essa determinação. O Presidente do CONSEA informou que o Conselheiro Naidison Baptista havia trazido essa questão anteriormente, a qual foi imediatamente encaminhada à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, que mostrou total receptividade, e também ao Ministro-Chefe Luís Dulci, da Secretaria Geral da Presidência da República, que se manifestou bastante

sensível à questão e comprometeu-se em conversar com a Ministra-Chefe da Casa Civil a respeito. O Conselheiro Naidison Baptista acrescentou que a proposta de decreto afetaria não apenas a parceria com a ASA, mas os trabalhos das ONGs junto a vários órgãos; em função disso, seria necessário buscar uma solução geral, e não apenas pensando no MDS e no Projeto das Cisternas, de forma a reconstruir a ponte entre sociedade civil e Governo na implementação das ações. A representante do Ministério do Planejamento, Mônica Libório, esclareceu que a proposta de decreto visa aumentar a transparência da atuação dos Estados e Municípios, e não só da sociedade civil, sugerindo que a questão seja colocada diretamente à Ministra Dilma Rousseff e se comprometendo a levar a preocupação à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento. O Presidente do CONSEA confirmou que iria fazer o contato com o Ministério do Planejamento e, em seguida, retomou as questões relativas ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Considerou que as propostas apresentadas pela Comissão correspondiam às disposições do CONSEA, manifestando concordância com a proposta de que os CONSEAs estaduais fizessem discussões e trouxessem suas análises acerca do Projeto. Com relação à greve de fome do Bispo da Diocese de Barra, informou que, assim que a Presidência do CONSEA soube da greve de fome, informou imediatamente ao Gabinete Pessoal e à Secretaria Geral da Presidência da República; e relatou a informação, não confirmada, de que o Ministro Ciro Gomes e a Ministra Marina Silva iriam se dirigir imediatamente para o local para iniciar uma conversação com o Bispo. O Conselheiro José Arimatéia considerou que, como as obras iriam ser iniciadas no dia anterior, seria melhor pedir ao Bispo que suspendesse a greve, ressaltando a necessidade de se promover um grande debate sobre o Projeto, com participação da sociedade civil, abordando os aspectos da economia, da ecologia e da questão social. O Presidente Francisco Menezes passou a palavra ao Conselheiro Padre Martinho Lenz para falar em nome da Comissão Permanente 4 – Mobilização Social, o qual informou sobre a mobilização para a Semana Mundial da Alimentação, incluindo os textos preparados pela Comunicação Social e disponibilizados no *site* do CONSEA e a carta de divulgação do evento no dia 19 de outubro; e sobre o Seminário sobre o Projeto da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, que se realizará no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, do qual deverão participar todos os conselheiros, trazendo também pessoas das suas entidades. O Conselheiro Ubiraci Dantas confirmou as informações apresentadas pelo Padre Martinho e reforçou a necessidade de se garantir ampla participação no evento, para mostrar aos parlamentares a importância do Projeto de Lei, e também a importância de uma articulação prévia dos parlamentares para que estes compareçam ao evento. O Presidente Francisco Menezes informou que seria encaminhado a cada conselheiro um pedido para que indiquem parlamentares a serem convidados para o

evento. Em seguida, repassou a palavra à Conselheira Ana Lúcia Pereira, Coordenadora da Comissão Permanente 2 – Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, que informou que a proposta de recomendação do CONSEA sobre a suplementação do ferro foi encaminhada ao Comitê Técnico de Saúde da População Negra, aguardando-se a apreciação dessa instância, havendo um primeiro parecer positivo. Destacou que o envio da proposta foi um avanço importante, porque nem todas as áreas do Ministério da Saúde conheciam a Portaria. O Conselheiro Malaquias Batista pronunciou-se sobre a questão, alertando para o fato de que a anemia falciforme não gera problemas por conta do ferro alimentar, mas antes do ferro medicamentoso, resultando em destruição do sangue, tal como acontece na malária; porém, a partir de levantamentos feitos em quatro estados, constatou-se que a Bahia é aquele onde há maior risco, mas ainda assim é de um caso para cada um mil e duzentos, o que representa cerca de vinte mil casos por ano, ao passo que a anemia atinge cerca de vinte milhões de pessoas e, portanto, deve-se tomar cuidado com a proposta de se deixar de fazer o enriquecimento, que pe feito em toda a América do Sul e na África do Sul. O Presidente **Francisco Menezes** agradeceu a contribuição do Conselheiro Malaquias Batista e convocou-o a participar da próxima reunião da Comissão, para que pudesse discutir o parecer do Comitê do Ministério da Saúde. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Carlos Eduardo Leite, que pronunciou-se em nome da Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento. Este iniciou por apresentar a proposta de recomendação relativa ao decreto de regulamentação da Lei de Biosegurança, em análise pela Casa Civil, ressaltando a necessidade de cautela e diálogo na elaboração do decreto. Em seguida, informou sobre a reunião de membros do CONSEA com os Ministérios que integram o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, apresentando em seguida proposta de recomendação de ampliação das dotações desse Programa, ainda em 2005. O Conselheiro Carlos Eduardo Leite frisou os esforços do CONSEA para se viabilizar as ampliações de orçamento desse Programa, apesar das declarações quanto à sua prioridade; e destacou as dificuldades de acesso ao Presidente da República, o que vinha prejudicando o desempenho do papel de aconselhamento do CONSEA. Finalizando, o representante da Câmara Temática 1 informou sobre o andamento do GT Abastecimento; sobre a questão de inspeção e fiscalização de alimentos, colocada pelo MDA; e sobre as discussões sobre o PAA – Leite. O Presidente Francisco Menezes consultou os conselheiros, que aprovaram por unanimidade as duas recomendações. Em seguida, a Conselheira Sônia Lucena relatou as discussões da Câmara Temática 2 - Saúde e Nutrição sobre a prioridade, dentro da política de incentivo à alimentação saudável e adequada, de aumentar o consumo de verduras, frutas e legumes; para isso, propôs que se encaminhasse uma solicitação ao IBGE para que ela faça a

desagregação dos dados da última Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, supondo-se que há determinantes culturais para o baixo consumo em certas regiões, e não só dificuldades de acesso. O Presidente Francisco Menezes apresentou relato da Câmara Temática 3 – Segurança Alimentar e Nutricional de Grupos Populacionais Específicos, que tratou dos seguintes assuntos: o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, com discussão inicial, a ser continuada; o Programa Bolsa Família; e o orçamento de Segurança Alimentar e Nutricional. Sobre esse item, o Conselheiro José Arimatéia destacou como problemas a não-ampliação das metas do PAT e a redução dos recursos destinados à mobilização social. Em seguida, o Presidente do CONSEA tratou da programação do CONSEA, informando que, dados os limites orçamentários, só seriam possíveis duas novas atividades em 2005, propondo que fossem: o Seminário sobre a LOSAN durante a Semana Mundial da Alimentação, no dia 19 de outubro; e a Plenária de novembro. Para esta, apresentou a preocupação quanto ao excessivo número de temas: alimentação saudável, abastecimento, populações negras, aspectos do Projeto de Transposição do Rio São Francisco e o Orçamento. Diante disso, houve manifestações dos conselheiros no sentido de se estender a Plenária de Novembro por mais um dia ou pelo menos mais meio dia, porém sem prejudicar as instâncias. O Presidente do CONSEA consultou a Plenária quanto à proposta de programação, que foi aprovada por unanimidade. Finalmente, o Presidente do CONSEA informou sobre a impossibilidade de participação do Presidente Lula na Plenária de agosto e sobre a previsão de que venha a participar na Plenária de novembro. **ENCERRAMENTO:** Sem mais a tratar, o Presidente do CONSEA agradeceu a participação de todos na XIII Reunião Ordinária do CONSEA, encerrando os trabalhos às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. Lavrou-se a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco Menezes, e pelo Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e rubricada pelos demais Conselheiros, para que se produza o seu efeito legal.